



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que divulgamos por meio do presente relatório, contendo as notas explicativas as demonstrações financeiras, relatório dos auditores independentes e relatório dos auditores atuários independentes. A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A., (Coface) é uma seguradora de origem francesa e faz parte do grupo Coface, especializada em seguro de crédito. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões brasileiras e busca pela melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, continuaremos nosso objetivo de disseminar a cultura de seguro de crédito no país como a mais relevante ferramenta de gestão de risco para as empresas e confirmar a nossa liderança no mercado local. Visando nos adequarmos à nova

realidade da economia, temos focado na revisão de exposição de limites de crédito concedidos aos compradores de nossos clientes, principalmente nos setores mais afetados pela crise. Desempenho Operacional, a Coface registrou prêmios emitidos brutos de R\$226.171 mil e prêmios ganhos de R\$ 203.374 mil, sendo 17% abaixo do ano de 2022, o resultado financeiro foi de R\$ 23.933 mil, e as reservas totais brutas somam R\$ 315.553 mil. O Lucro Líquido foi de R\$ 6.237 mil e a seguradora contabilizou após o cálculo da reserva legal, dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1.481 mil e destino o valor remanescente a reservas estatutárias. Declaração de capacidade financeira em atenção à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários estão sendo associados à análise e ao gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Em relação aos indicadores de solvência, a Seguradora segue sólida em todos os seus indicadores, fortalecida pelo seu nível de ativos e programa de resseguro, demonstrando

sua capacidade de continuar operando mesmo diante do cenário mais pessimista devido à pandemia ou pós pandemia cujas incertezas ainda persistem. Evento Americanas S.A., a Seguradora tem contratos de seguros com segurados com exposição ao risco das Americanas S.A., com os efeitos da Recuperação Judicial, efetuou as provisões cabíveis na data-base de 31 de dezembro de 2023 para recuperação dos valores de sinistros já pagos, com resultado bruto de R\$ 232.470 mil e resultado líquido de resseguro de R\$ 629 mil para o exercício findo nessa data. **Agradecimentos:** A Administração aproveita para manifestar seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos parceiros (corretores, bancos e outros), aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuem para o sucesso da Coface do Brasil. Da mesma forma, agradecemos o apoio da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota	2023	2022	PASSIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		628.872	685.791	CIRCULANTE		664.176	649.224
Disponível		11.821	11.325	Contas a pagar		85.791	103.811
Caixa e bancos		11.821	11.325	Obrigações a pagar	10	18.095	15.385
Aplicações	5	47.786	154.917	Impostos e encargos sociais a recolher		6.866	6.810
Créditos das operações com seguros e resseguros		202.732	208.358	Encargos trabalhistas		2.022	1.755
Prêmios a receber	6	195.654	191.405	Impostos e contribuições	12	6.092	34.720
Operações com resseguradoras	7	7.078	16.953	Outras contas a pagar	10	52.716	45.141
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	108.930	281.196	Débitos de operações com seguros e resseguros		276.261	89.440
Títulos e créditos a receber		244.550	15.227	Prêmios a restituir		22	52
Títulos e créditos a receber	21	232.476	429	Operações com resseguradoras	7	15.082	62.290
Créditos tributários e previdenciários	9	9.101	12.974	Corretores de seguros e resseguros		23.558	22.206
Outros créditos	8	2.973	1.824	Outros débitos operacionais	7	237.599	4.892
Despesas antecipadas		100	6	Depósitos de terceiros	11	753	4.233
Custos de aquisição diferidos		12.953	14.762	Provisões técnicas - seguros		301.371	451.740
Seguros	13c	12.953	14.762	Danos	13a	301.371	451.740
ATIVO NÃO CIRCULANTE		182.253	100.736	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.496	15.643
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		177.327	93.825	Débitos das operações com seguros e resseguros		1.821	1.354
Aplicações	5	155.990	76.660	Corretores de seguros e resseguros		1.821	1.354
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	13.531	10.014	Provisões técnicas - seguros		14.182	10.973
Prêmios a receber		13.531	10.014	Danos	13a	14.182	10.973
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	1.058	727	Outros débitos		1.990	2.566
Títulos e créditos a receber		4.277	4.070	Provisões judiciais	14a	1.990	2.566
Créditos tributários e previdenciários	9	3.578	3.255	Débitos diversos	3.11	503	750
Depósitos judiciais e fiscais	15	699	815	Débitos diversos		503	750
Outros valores e bens		517	799	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	128.453	121.660
Empréstimos e depósitos compulsórios		86	86	Capital social	16a	63.958	48.957
Custos de aquisição diferidos		1.868	1.469	Reservas de lucros	16b	63.183	73.428
Seguros	13c	1.868	1.469	Ajuste de avaliação patrimonial	16d	1.312	(725)
Investimentos		22	22	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		811.125	786.527
Outros investimentos		22	22				
Imobilizado		1.143	1.697				
Bens móveis		1.143	1.697				
Intangível		3.761	5.192				
Outros intangíveis		3.761	5.192				
TOTAL DO ATIVO		811.125	786.527				

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste TVM (254)	Lucros (prejuízo) acumulados	Total
			Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.957	4.967	35.136	(254)	-	88.806
Complemento de dividendos propostos AGO - 31 de março de 2021		-	-	(567)	-	-	(567)
Complemento de dividendos propostos AGO - 31 de março de 2022		-	-	(4.194)	-	-	(4.194)
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	-	-	-	(471)	-	(471)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	49.949	49.949
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	-	2.497	-	-	(2.497)	-
Reserva estatutária	16b	-	-	35.589	-	(35.589)	-
Dividendos mínimos obrigatório - R\$ 0,58 por ação	16c	-	-	-	-	(11.863)	(11.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.957	7.464	65.964	(725)	-	121.660
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.957	7.464	65.964	(725)	-	121.660
Aumento capital - Portaria SUSEP nº 1.547 25/07/23	1	15.001	-	(15.001)	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	-	-	-	2.037	-	2.037
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.237	6.237
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	-	311	-	-	(311)	-
Reserva estatutária	16b	-	-	4.445	-	(4.445)	-
Dividendos mínimos obrigatório - R\$ 0,07 por ação	16c	-	-	-	-	(1.481)	(1.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		63.958	7.775	55.408	1.312	-	128.453

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil"), situada na Praça João Duran Alonso, 34, 10º andar - São Paulo, é controlada pelo grupo francês "Compagnie Française d'Assurances pour le Commerce Extérieur" ("COFACE FRANÇA") cujo controladores em última instância são os "Banques Populaires e Caisses d'Epargne". A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em junho do mesmo ano, e tem por objeto social atualmente a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora é controlada diretamente pela Cofinpar S/A ("COFINPAR") e adicionalmente pela COFACE FRANÇA.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais (R\$(000)), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, exceto, quando indicado. **2.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira:** Parte das disponibilidades e das aplicações financeiras é mantida em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução CMN nº 4.993/22 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação. Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste no próximo período contábil: Nota explicativa nº 3.9 - Classificação dos contratos de seguros. Nota explicativa nº 5 - Aplicações (instrumentos financeiros). Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários. Notas explicativas nº 3.5 e nº 13 - Provisões técnicas. Nota explicativa nº 14 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixas e bancos: Caixa e bancos incluem saldos em moeda nacional e estrangeira disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras. **3.2. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda de acordo com a sua gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado da Seguradora. **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são

registrados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e, as mudanças no valor justo, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, na forma líquida dos seus respectivos efeitos tributários. **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Prêmios a receber", os ativos de "Resseguro" e outros recebíveis decrescido de qualquer perda no valor recuperável. **Redução ao valor recuperável (ativo financeiro)** - Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros que perderem valor podem incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos ou quando houver evidência objetiva de que o ativo tem perda no valor recuperável e neste caso será reconhecida ao resultado. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito doméstico, a provisão para riscos sobre créditos é apurada considerando o estudo técnico desenvolvido internamente pela Seguradora, que considera, entre outros fatores, a quantidade de parcelas vencidas e no tempo em que o segurado possui seguro com a Seguradora. No que se refere aos prêmios de seguros de crédito à exportação, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, que consiste no provisionamento de prêmios vencidos acima de 60 dias. Para os créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável, é constituída, com base em estudo, elaborado pela Seguradora, que leva em consideração o histórico de recebimentos. **Valor justo** - Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponível para venda" são registrados pelo valor investido, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e ajustados ao seu valor justo que, no caso de títulos públicos, é apurado com base nos preços do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. **3.3. Ativos de resseguros:** Os ativos de resseguro compreendem as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S/A e Munich Re do Brasil Resseguradora S/A, Austral Resseguradora S/A e Coface França por meio dos movimentos operacionais sujeitos a análise do Ressegurador. O nível médio de retenção do risco da Seguradora está divulgado na nota explicativa nº 7c. **3.4. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as metodologias descritas nas notas técnicas atuariais e de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações. A Provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de seguros brutos correspondente ao período ainda não decorrido de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata die" para todos os riscos emitidos na data base de cálculo. A Provisão de Prêmios não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos - RVNE é constituída para fazer frente a riscos provenientes de apólices que ainda não foram emitidas, mas já possuem riscos cobertos pela Seguradora. O registro da provisão é baseado em estimativas do valor histórico de emissões em atraso. O cálculo passou a considerar triângulo de "run-off" dos prêmios emitidos em atraso dos últimos 42 meses, para determinar o montante de prêmios RVNE e também a correspondente PPNG-RVNE. A Provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída

Demonstrações de Resultados

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	2023	2022
Prêmios emitidos	18a	226.171	272.608
Varição das provisões técnicas de prêmios		(22.797)	(52.250)
Prêmios ganhos		203.374	220.358
Sinistros ocorridos	18b	(31.279)	(284.482)
Custos de aquisição	18c	(26.409)	(29.849)
Outras receitas (despesas) operacionais	18d	(192)	773
Resultado com resseguro	7a	(60.724)	218.608
Receita (despesa) com resseguro	7a	210.962	261.360
Despesa com resseguro	7a	(271.686)	(42.752)
Despesas administrativas	18e	(79.832)	(50.948)
Despesas com tributos	18f	(17.590)	(16.505)
Resultado financeiro	18g	23.933	26.204
Resultado operacional		11.281	84.159
Ganhos com ativos não correntes		-	121
Resultado antes dos impostos e participações		11.281	84.280
Imposto de renda	19	(2.822)	(20.884)
Contribuição social	19	(1.623)	(12.942)
Participações sobre o lucro		(599)	(505)
Lucro líquido do exercício		6.237	49.949
Quantidade de ações		20.537.185	20.537.185
Lucro por lote de mil ações (R\$)		303,69	2.432,12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	6.237	49.949
Outros resultados abrangentes	2.037	(471)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	3.395	(785)
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes	(1.358)	314
Resultados abrangentes	8.274	49.478

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto) Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	6.237	49.949
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4.034	637
Constituição/(reversão) de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	191	(745)
Varição cambial operacional	(6.141)	(3.137)
Outros ajustes	-	196
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	-	121
Varição nas contas patrimoniais:	28.911	(18.493)
Ativos financeiros - aplicações	29.838	(7.755)
Créditos das operações de seguros e resseguros	3.466	(22.971)
Ativos de resseguro	173.921	(245.987)
Créditos fiscais e previdenciários	3.550	(4.657)
Custos de aquisição diferidos	242	(1.392)
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	116	(156)
Despesas antecipadas	(94)	189
Outros ativos	(232.914)	3.311
Impostos e contribuições	2.059	27.757



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação

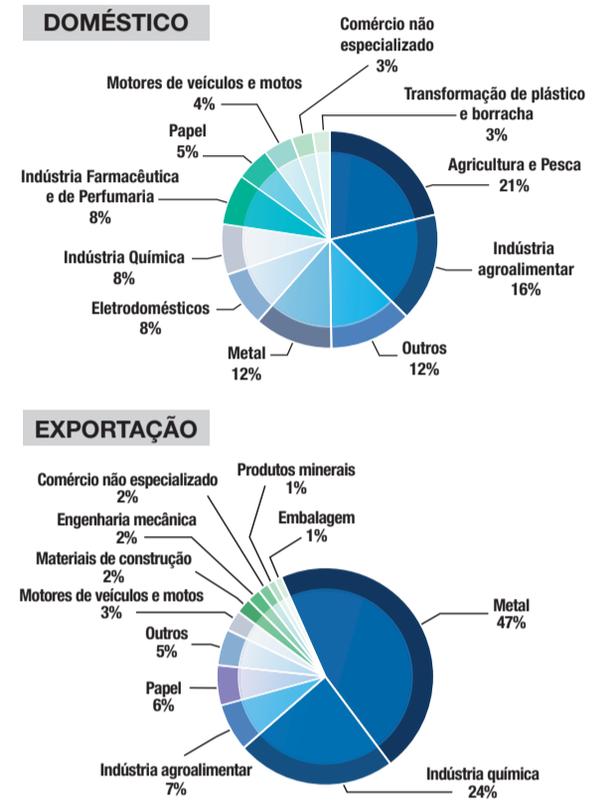
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

dos últimos 114 meses. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico de cada apólice baseada na estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira levando em consideração a experiência histórica desde janeiro de 2015. **3.5. Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo fluxo de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada foi obtida a partir de metodologia elaborada pela SUSEP e curva de juros do cupom IPCA foi obtida a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2023. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocadas a sinistros e ressarcimentos, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e impostos foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE líquidas da DAC. O resultado do Teste de Adequação de Passivos em 31 de dezembro de 2023 e em 2022 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-bases. Embora o resultado do TAP seja negativo, e o normativo não exija os cálculos relacionados aos ativos de resseguro quando não há apuração de PCC, foi também efetuado o cálculo do TAP para os ativos de resseguro, de forma análoga aos procedimentos aplicáveis às provisões técnicas e mantendo a mesma premissa de sinistralidade, de forma a obtermos o fluxo realista de PPNG, referente ao ativo de resseguro. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) os quais, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano gerador de benefícios livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$199 (R\$390 em 31 de dezembro de 2022). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional. **3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias sobre a alíquota prevista de realização deste crédito. O imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado e esteja disponível. **3.8. Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável ou no caso de serem consideradas obrigações legais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo. **3.9. Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do devedor específico do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11. **3.10. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição (comercialização) cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora. **3.11. Arrendamento Mercantil:** A Seguradora avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos existentes, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO
A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição de seguro. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Risco de capital. • Risco operacional. • Risco legal e de "compliance". **4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos:** Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pelas áreas compartilhadas das empresas do grupo de Risco e Compliance e dos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora do grupo e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a

seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional. **a) Conselho de Administração:** Reúne-se, no mínimo, bimestralmente e, representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras; fiscalizar a gestão da Diretoria, entre outras atividades. **b) Reuniões da Diretoria:** A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do patrimônio e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas. **c) "Management committee" (Comitê de gestão):** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo, e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar políticas, normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. **d) Auditoria interna:** Atividade independente e objetiva, executada por empresa terceirizada e concebida para adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. **e) Comitê de provisões:** Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê as áreas como: Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos nesse fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora. **f) Comitê de "Turnover" (contratos):** Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnicas, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora. **g) Comitê de controles internos:** O Comitê de Controles Internos, formado pela Diretoria/Presidência, Gestor Jurídico, responsável por Compliance e Gestor de Riscos, pode ser convocado sempre que necessário (porém é realizado com uma periodicidade mínima de quatro vezes ao ano) para deliberar sobre assuntos específicos da área que não tenham sido analisadas em uma reunião de diretoria. **4.2. Gestão de risco de seguros:** O seguro de crédito é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que o mesmo venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus compradores, desde que decorrentes, exclusivamente, dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Coface Seguros, os "recebíveis" dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento do risco da apólice de seguro de crédito. • Risco de subscrição inapropriada dos limites de crédito dos compradores. • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas. **a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro:** A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual da Empresa (comprador). Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a) perda histórica do Segurado, a expectativa de sinistros, o risco do País, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistência no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela Apólice, sendo o objetivo primordial do seguro de crédito evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação da Coface Seguros está baseada nos mesmos critérios utilizados pelo grupo COFACE, controladora da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus mais de 70 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência do Grupo COFACE, por meio de sua base estatística e modelos atuariais, que representados por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador - SUSEP e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança pela Seguradora. Para cobrança internacional é utilizada a rede de cobrança, composta por correspondentes internos do grupo COFACE em diversos países, como também as agências de cobrança internacional e rede de advogados especializados em cobrança judicial. Adicionalmente, a Seguradora mantém um portfólio de clientes com uma carteira pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos países com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Conseqüentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor. **b) Mitigadores do risco de subscrição:** Os "Underwriters" da Seguradora analisam individualmente o risco de cada um dos compradores apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste basicamente de riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a opção de reduzir ou cancelar limites de crédito para novas vendas a um determinado comprador, caso se verifique deterioração na respectiva saúde financeira. A Seguradora possui um sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados de risco chamado Atlas, utilizado por todas as unidades do grupo COFACE no mundo. A utilização de tal sistema garante a Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou ser suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de riscos de subscrição mais efetiva. Após um período de formação, que inclui uma série de treinamentos na plataforma da Coface "Underwriting Academy" e recomendações de casos reais para avaliação do responsável Regional de Risk Underwriting sobre o conhecimento de análise financeira e aderência as normas da Coface, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intrasferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois "Underwriters" em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no "rating" do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado. **c) Mitigadores do risco de resseguro:** O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora tinha contrato de resseguros com as resseguradoras locais, descritas a seguir, sendo no período anterior a 2017 com IRB-Brasil Re "rating" brAA+ emitido pela Standard & Poor's do Brasil; a partir 2017 até 2020 com Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. "rating" Aaaa - Moody's América Latina Ltda. e atualmente a partir de 2021 com a Austral Resseguros com "rating" brAAA, emitido pela Standard & Poor's. A partir de

2022 passou a operar com Coface França na modalidade de resseguro eventual com "rating" AA-pela Fitch Ratings. **d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes:** Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes, é realizada anualmente teste de consistência conforme determinação da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores que possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrado na data base. **4.2.1. Exposição dos limites de crédito:** As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segurada bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2023.



Sensibilidade do risco de seguro: É efetuada para demonstrar os impactos que podem ser gerados sobre o resultado e patrimônio líquido, no caso de alterações de premissas ou variáveis nos contratos vigentes na Seguradora. Testes de sensibilidade utilizam-se de projeções e variáveis, que apesar de serem baseadas em experiências passadas, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste realizado levou em consideração a variação, nos sinistros retidos no exercício para mais em 30 pontos percentuais, demonstrando o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora.

Ano	Varição de sinistros retidos (líquidos de resseguro)	Varição líquida de impostos
Em 31 de dezembro de 2023	(18.105)	(10.863)
Em 31 de dezembro de 2022	(8.999)	(5.309)

Ativos financeiros	31/12/2023			31/12/2022		
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer em até 1 ano	A vencer em até 1 ano	Total	Total
Caixa e bancos	11.821	-	-	-	11.821	11.325
Aplicações	-	47.786	155.990	203.776	231.578	231.578
Prêmios a receber (i)	-	4.381	191.273	13.531	209.185	201.418
Operações com resseguradoras	-	-	7.078	-	7.078	16.953
Outras créditos operacionais	-	-	-	-	-	-
Ativos de resseguros - provisões técnicas (i)	-	-	108.930	1.058	109.988	281.923
Créditos tributários e previdenciários	-	-	9.101	3.578	12.679	16.229
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	-	-	-	785	785	901
Outros valores e bens	-	-	-	517	517	799
Total	11.821	4.381	364.168	175.459	555.829	761.126

(i) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R\$114.939, (R\$102.922 em 2022) foram alocados integralmente na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativo a PSL, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico no montante total de R\$108.930 (R\$ 281.196 em 2022) em ativos de resseguros.

Passivos financeiros	31/12/2023			31/12/2022		
	A vencer em até 1 ano	A vencer em até 1 ano	Total	Total	Total	Total
Obrigações, outras contas a pagar	70.811	-	70.811	60.526	60.526	60.526
Impostos, contribuições e encargos	14.980	-	14.980	43.285	43.285	43.285
Prêmios a restituir	22	-	22	52	52	52
Operações com resseguradoras	15.082	-	15.082	62.290	62.290	62.290
Corretores de seguros e resseguros	23.558	1.821	25.379	23.561	23.561	23.561
Outros débitos operacionais	237.599	-	237.599	4.892	4.892	4.892
Depósitos de terceiros	753	-	753	4.233	4.233	4.233
Provisões técnicas seguros (i)	301.371	14.182	315.553	462.713	462.713	462.713
Provisões judiciais	-	1.990	1.990	2.566	2.566	2.566
Débitos diversos	-	503	503	750	750	750
Total	664.176	18.496	682.672	664.868	664.868	664.868

(i) O montante de R\$301.371 (R\$451.740 em 2022) é referente a PSL, PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico, alocado na faixa a vencer em até 1 ano.

4.4. Gestão de risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercados tais como risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver, em parte, a securitização de recebíveis em moeda estrangeira, representa um risco às variáveis de mercado. Os limites de risco de mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pelo Conselho de Administração. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha, por meio de

continua★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fins em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

boletins dos seus bancos parceiros, quais as projeções de curto e longo prazo para as posições cambiais e de taxa de juros do mercado. Assim sendo, a exposição a riscos cambiais na forma de investimentos não é permitida, exceto quando na existência de passivo também na mesma moeda, o que de fato ocorre nas nossas operações. Esse tipo de operação tem por finalidade criar cobertura cambial a eventuais oscilações negativas. Sempre que existe uma necessidade renovada de aumento material das posições para efeito de cobertura cambial, a decisão é apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração. No que tange à exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. **4.4.1. Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) e (iii) taxa de câmbio em relação ao dólar americano em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade são: a elevação ou redução de 20% na taxa Selic como também a elevação ou redução de 20% na variação cambial. O índice de rentabilidade que a Seguradora apurou nos seus saldos de investimentos financeiros são: fundo VIP Cambial 28,1% do CDI no exercício de 2023 (497,8% em 2022) e carteira administrada, composta por títulos públicos - LTN, LFT e NTN, 98,91% do CDI no exercício de 2023 (98,90% do CDI em 2022). A tabela abaixo demonstra os impactos nas aplicações financeiras em 2023 com relação à variação da taxa SELIC e do dólar:

Premissas	31/12/2023		Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
	Aplicação financeira	Variação %		
Aumento do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20% da Selic	2.543	1.526
Aumento do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	1.417	850
Aumento do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	976	586
Aumento do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	(15)	(9)

Premissas	31/12/2023		Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
	Aplicação financeira	Variação %		
Redução do CDI	LFT - Letra financeiro do tesouro	20% da Selic	(2.188)	(1.313)
Redução do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	(1.076)	(646)
Redução do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	(623)	(374)
Redução do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	15	9

4.5. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no "rating" de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de "rating" de crédito, com "rating" mínimo de BBB, recomendadas por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. De acordo a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto, os mesmos devem ser evitados se possuírem vencimentos superiores a três anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2023 distribuídos por "rating" de crédito obtido junto a agência de "rating" Fitch Ratings. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem, substancialmente, valores a serem recebidos de segurados que não possuem "ratings" de crédito individuais.

Ativos financeiros "rating"	31/12/2023		
	BB	Sem "rating"	Total
Disponíveis para a venda	172.837	-	172.837
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/LTN/NTN (i)	172.837	-	172.837
Mantido até o vencimento	30.939	-	30.939
Time deposit (ii)	30.939	-	30.939
Caixa e bancos	11.821	-	11.821
Prêmios a receber de segurados	-	209.185	209.185
Total	215.597	209.185	424.782

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial.

Ativos financeiros "rating"	31/12/2022		
	BB	Sem "rating"	Total
Disponíveis para a venda	179.112	-	179.112
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/NTN (i)	179.112	-	179.112
Negociação	19.592	-	19.592
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	19.592	-	19.592
Mantido até o vencimento	32.873	-	32.873
Time deposit (ii)	32.873	-	32.873
Caixa e bancos	11.325	-	11.325
Prêmios a receber de segurados	-	201.419	201.419
Total	242.902	201.419	444.321

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente à aplicação atrelada à variação cambial.

4.6. Gestão capital: O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O capital mínimo requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo, entre o capital base (montante fixo de capital) e um capital de risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional (valor variável) e de mercado. Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e a qualidade de cobertura do CMR deverá atender aos seguintes requisitos: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1. b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3. c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

	2023	2022
Patrimônio líquido	128.453	121.660
Ajustes contábeis	(3.883)	(5.220)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	5.106	29.760
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(9.265)
Patrimônio líquido ajustado de (PLA)	129.676	136.935
Patrimônio líquido ajustado nível 1	120.992	113.185
Patrimônio líquido ajustado nível 2	5.106	29.760
Patrimônio líquido ajustado nível 3	3.578	3.255
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(9.265)
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de risco de crédito	23.972	13.706
Capital de risco de subscrição	33.018	35.375
Capital de risco de risco operacional	1.363	1.897
Capital de risco de mercado	5.202	5.228
Deflador em função da correlação entre os riscos	(10.892)	(8.705)
Capital de risco (CR)	52.663	47.501
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	52.663	47.501
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R\$	77.013	89.434
PLA em relação ao CMR - %	246%	288%

O total de provisões técnicas líquida de resseguro foi apurado da seguinte forma:

Descrição	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
(+) Total das provisões técnicas	315.553	462.713
(-) PSL de resseguro - nota 7	(69.138)	(71.728)
(-) IBNR de resseguro - nota 7	(17.995)	(190.024)
(-) PDR de resseguro - nota 7	(3.156)	(1.470)
(-) PET de resseguro - nota 7	(2.703)	(4.137)
(-) Direito creditório/ativo de redutores de PPNG	(64.528)	(36.225)
Total das provisões técnicas para garantia	158.033	159.129
Total das aplicações oferecidas para cobertura	182.728	231.577
Excesso de cobertura (suficiência)	24.695	72.448

4.7. Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de "Risk Management" responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como identificação de riscos, captura de incidentes e perdas, gestão das políticas e procedimentos relacionados à Gestão de

Riscos e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o gestor de riscos, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as normas locais e orientações da matriz, garantindo o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, como terceira linha independente, executa um plano de auditoria anual, recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, o grupo COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, no sistema Enablon, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Uniformidade dos controles entre as entidades, agregando sinergia entre as regiões e países. • Aculturamento acerca de riscos e controles, considerando que os controles são formalizados pela primeira e segunda linha no sistema Enablon. • Transparência do ambiente de controle e gestão de riscos, sendo formalizados as avaliações e planos de ação em sistema. O Grupo Coface implementou um sistema de controle e gerenciamento de risco baseado na governança transparente. O processo de gerenciamento de risco se aplica tanto ao nível estratégico e aos vários níveis operacionais necessários para a condução das atividades. Seu objetivo é identificar eventos potenciais que podem afetar negativamente o Grupo Coface e é usada para gerenciar riscos dentro dos limites e indicadores definidos em nosso "apetite de risco". A gestão dos controles internos da organização compreende o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completude dos registros contábeis. O procedimento de identificação de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. Adicionalmente, o sistema de controle interno, liderado pelo Departamento de Risco do Grupo, é baseado em mapeamento de risco exaustivo de acordo com as cinco principais categorias de risco identificadas, com foco nos riscos operacionais e de não conformidade. O sistema é organizado em um Programa de três níveis de Controles, sendo: *Controle de Nível 1* são controles atribuídos às linhas de negócios, com base em procedimentos de aplicação operacional, são os controles diários que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes atribuídos à Gestão de Riscos ou Compliance a depender do risco, visando otimizar os processos e controles internos. O *Controle de Nível 3* são os controles periódicos atribuídos ao departamento de Auditoria Interna.

4.8. Risco legal e de "compliance": A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais relativos a sigilo comercial imposto na apólice. O risco de "Compliance" vai além do conhecido risco operacional, contemplando o risco legal, associado a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Tal risco também está associado a práticas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Dentro do escopo do programa de "compliance", destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizadas. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da SUSEP vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa se torna um segurado ou tem seu contrato renovado. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, a área de "Compliance" adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da constituição do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - "Directors and Officers" a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da SUSEP, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradigam os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da "Autorité des Contrôles Assurances et des Mutuelles", ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A SUSEP, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades autorizadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

5. APLICAÇÕES

Tipo	Em 31 de dezembro de 2023				Em 31 de dezembro de 2022			
	Acima 365 dias	Até 365 dias	Valor contábil/Valor justo	Custo atualizado	Valor contábil/Valor justo	Custo atualizado	%	%
Disponível para a venda								
Títulos do Tesouro Nacional	155.990	16.847	172.837	170.650	179.113	180.321	85%	77%
Negociação								
Fundo investimento	-	-	-	-	19.591	19.591	9%	9%
Mantidos até o vencimento								
Time deposit	-	30.939	30.939	30.939	32.873	32.873	14%	14%
Total	155.990	47.786	203.776	201.589	231.577	232.785	100%	100%

A totalidade das aplicações financeiras títulos públicos encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2023 bruto de imposto de renda e contribuição social é de R\$2.187 ((R\$1.208) em 31 de dezembro de 2022).

	Em 31 de dezembro de 2023	Em 31 de dezembro de 2022
Movimentação de aplicações financeiras		
Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	231.577	224.293
Valor justo por meio do resultado		
Quota de fundo de investimento		
(+) Aplicações	9.390	10.805
(+) Resgates Aplicações	(28.921)	-
(+) Rendimento - nota 18g	(60)	522
Variação	(19.591)	11.327
Disponível para venda		
Letras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	34.230	50.376
(-) Resgates	(28.367)	-
(+) Rendimento - nota 18g	6.062	4.031
(+/-) Ajuste ao valor justo	1.025	(96)
Variação	12.950	54.311
Letras financeiras do tesouro nacional		
(+) Aplicações	195.842	93.569
(-) Resgates	(255.794)	(194.952)
(+) Rendimento - nota 18g	11.648	13.345
(+/-) Ajuste ao valor justo	(12)	14
Variação	(48.316)	(88.024)
Notas do tesouro nacional		
(+) Aplicações	38.510	20.000
(-) Resgates	(13.629)	(1.324)
(+) Rendimento/recebimento juros - nota 18g	1.827	2.196
(+/-) Ajuste ao valor justo	2.382	(703)
Variação	29.090	20.169
Mantido até o vencimento		
Time deposit		
(+) Aplicações	54.259	32.983
(-) Resgates	(54.665)	(22.273)
(+) Rendimento - nota 18g	1.190	586
(+/-) Variação cambial - nota 18g	(2.718)	(1.795)
Variação	(1.934)	9.501
Saldo das aplicações financeiras no fim do exercício	203.776	231.577

Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2023	31/12/2022
Disponível para venda	Nível 1	Nível 1
Negociação	172.837	179.113
	-	19.591
	Nível 2	Nível 2
	30.939	32.873
Total	203.776	231.577

Mantidos até o vencimento
Total
Desempenho: A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2023, o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 12,90% no acumulado do exercício (12,24% em dezembro de 2022).

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2023	31/12/2022		
Composição				
Prêmios a receber de segurados (i)	211.035	203.077		
Operações com resseguradoras	7.078	16.953		
Total	218.113	220.030		
Provisão para riscos de créditos sobre:				
Prêmios a receber de segurados	(1.850)	(1.658)		
Total	(1.850)	(1.658)		
Total circulante e não circulante	216.263	218.372		
	Total Doméstico	Exportação	Total	
31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	
Prêmios a vencer	204.975	169.253	35.722	193.837
De 1 a 30 dias	129.317	105.498	23.819	117.970
De 31 a 60 dias	9.883	8.515	1.368	10.290
De 61 a 120 dias	14.764	12.792	1.972	18.863
De 121 a 180 dias	13.444	11.727	1.717	14.750
De 181 a 365 dias	24.037	20.077	3.960	21.950
Superior a 365 dias	13.530	10.644	2.886	10.014
Prêmios vencidos	6.060	4.380	1.680	9.240
De 1 a 30 dias	4.336	3.459	877	6.378
De 31 a 60 dias	121	63	58	1.869
De 61 a 120 dias	7	-	7	155
De 121 a 180 dias	4	-	4	171
De 181 a 365 dias	326	64	262	-
Superior a 365 dias	1.266	794	472	667
Total circulante e não circulante	211.035	173.633	37.402	203.077

(i) O período médio de parcelamento oferecido pela Seguradora para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 4 parcelas.

	Total Doméstico	Exportação	Total	
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	
Prêmios a receber no início do exercício	203.077	171.197	31.880	158.250
(+) Prêmios emitidos	235.086	192.027	43.059	295.994
(-) Prêmios cancelados	(8.210)	(6.794)	(1.416)	(22.953)
(+/-) Variação cambial	(771)	-	(771)	(1.531)
(-) Recebimento	(217.812)	(182.462)	(35.350)	(227.716)
(+/-) IOF sobre prêmios	(335)	(335)	-	1.033
Prêmios a receber no final do exercício	211.035	173.633	37.402	203.077

Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

	Total Doméstico	Exportação	Total	
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	
Saldo no início do exercício	(1.658)	(395)	(2.053)	(1.552)
(+) Ajustes estimativas	163	(104)	267	(138)
(+) Constituições do exercício	(599)	(240)	(359)	(746)
(-) Reversões do exercício	245	-	245	778
Saldo no final do exercício	(1.849)	(739)	(2.588)	(1.658)

7



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração projeção de resultados, quando aplicável. Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado das aplicações e demais provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva e/ou desfecho das ações em andamento.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR/OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos a pagar	13.344	11.863
Gratificação, participação nos lucros e outros	5.385	4.504
Partes relacionadas - nota 20 (a), (d) e (e)	52.082	44.159
Total	70.811	60.526

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	Total	Total
"Aging"	01 a 60 dias	acima 365 dias
Prêmios e emolumentos	537	216
Total	753	4.233

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	3.024	21.062
Contribuição social	1.744	13.048
COFINS	387	525
PIS	63	85
Imposto de renda e Contribuição social sobre marcação a mercado de títulos e valores mobiliários	874	-
Total	6.092	34.720

13. PROVISÕES TÉCNICAS

Descrição	Total	Doméstico	Exportação	Total
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) - nota 13b	127.110	102.252	24.858	132.863
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - (PSL/IBNER) - nota 13b	103.334	91.116	12.218	93.399
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - nota 13b	36.083	31.783	4.300	200.239
Provisão de despesas relacionadas - PDR - nota 13b	5.587	4.890	697	2.625
Provisão com excedente técnico - PET - nota 13b	43.439	35.874	7.565	33.587
Total	315.553	265.915	49.638	462.713

b) Movimentação das principais provisões técnicas

Bruto de resseguro	Ramo	Consti-tuição		Reversão	Paga-mento	Variação cambial	31/12/2023
		31/12/2022	31/12/2022				
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	110.206	192.027	(199.981)	-	-	102.252
	exportação	22.657	43.059	(40.710)	-	(148)	24.858
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	86.083	437.855	(15.614)	(417.208)	-	91.116
	exportação	7.316	24.645	(14.218)	(5.143)	(382)	12.218
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	197.843	13.420	(179.480)	-	-	31.783
	exportação	2.396	3.438	(1.534)	-	-	4.300
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	2.136	7.709	(1.093)	(3.862)	-	4.890
	exportação	489	692	(295)	(186)	(3)	697
Provisão excedente técnico PET	doméstico	26.540	38.055	(16.248)	(12.473)	-	35.874
	exportação	7.047	5.283	(2.538)	(2.140)	(87)	7.565
Total		462.713	766.183	(471.711)	(441.012)	(620)	315.553

Resseguro

Bruto de resseguro	Ramo	Consti-tuição		Reversão	Paga-mento	Variação cambial	31/12/2023
		31/12/2022	31/12/2022				
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	8.712	17.425	(15.340)	-	-	10.797
	exportação	5.852	9.809	(9.358)	-	(105)	6.198
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	67.930	356.556	(17.505)	(380.396)	-	61.595
	exportação	3.798	13.193	(7.576)	(1.730)	(141)	7.544
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	188.674	8.869	(181.693)	-	-	15.850
	exportação	1.350	1.648	(853)	-	-	2.145
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	1.305	2.255	901	(1.601)	-	2.860
	exportação	165	191	(36)	(19)	(5)	296
Provisão excedente técnico PET	doméstico	3.149	425	(1.214)	-	-	2.360
	exportação	988	-	(645)	-	-	343
Total		281.923	410.371	(198.309)	(383.746)	(251)	109.988

Bruto de resseguro

Bruto de resseguro	Ramo	Consti-tuição		Reversão	Paga-mento	Variação cambial	31/12/2022
		31/12/2021	31/12/2021				
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	87.706	217.781	(195.281)	-	-	110.206
	exportação	19.450	48.164	(44.277)	-	(680)	22.657
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	19.962	114.537	(19.333)	(29.083)	-	86.083
	exportação	3.034	15.340	(6.083)	(4.774)	(201)	7.316
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	11.277	189.455	(2.889)	-	-	197.843
	exportação	1.488	1.317	(409)	-	-	2.396
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	1.085	8.616	(5.189)	(2.376)	-	2.136
	exportação	281	791	(555)	-	(28)	489
Provisão excedente técnico PET	doméstico	13.532	22.759	(1.242)	(8.509)	-	26.540
	exportação	4.777	3.874	(444)	(1.164)	4	7.047
Total		162.592	622.634	(275.702)	(45.906)	(905)	462.713

Resseguro

Bruto de resseguro	Ramo	Consti-tuição		Reversão	Paga-mento	Variação cambial	31/12/2022
		31/12/2021	31/12/2021				
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	8.713	17.425	(17.426)	-	-	8.712
	exportação	5.406	12.506	(11.005)	-	(1.055)	5.852
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	8.874	78.181	(9.468)	(9.657)	-	67.930
	exportação	509	10.648	(4.452)	(2.900)	(7)	3.798
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	4.511	186.082	(1.919)	-	-	188.674
	exportação	595	1.018	(263)	-	-	1.350
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	440	4.388	(2.480)	(1.043)	-	1.305
	exportação	135	249	(203)	(5)	(11)	165
Provisão excedente técnico PET	doméstico	2.982	920	(753)	-	-	3.149
	exportação	1.003	348	(363)	-	-	988
Total		33.168	311.765	(48.332)	(13.605)	(1.073)	281.923

c) Custo de aquisição diferido

Bruto de resseguros	Ramo	31/12/2022	Constituição	Reversão	Variação cambial	31/12/2023
exportação	2.462	58.644	(58.170)	-	(14)	2.922
Total		16.231	183.297	(184.693)	(14)	14.821

Curto prazo

1.868

Custo de aquisição diferido	Ramo	31/12/2021	Constituição	Reversão	Variação cambial	31/12/2022
exportação	2.120	2.018	(1.592)	-	(84)	2.462
Total		12.697	13.227	(9.609)	(84)	16.231

Curto prazo

1.469

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro	Ano de aviso do sinistro							
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Montante estimado para o sinistro	633.460	25.742	52.282	41.249	19.306	116.329	467.884	-
No ano do aviso	506.140	21.326	47.717	30.617	16.153	83.572	-	-
Um ano após o aviso	488.732	20.610	46.554	28.186	16.084	-	-	-
Dois anos após o aviso	481.204	20.606	47.528	27.068	-	-	-	-
Três anos após o aviso	479.045	19.948	46.530	-	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	477.122	19.948	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	475.476	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas dos sinistros	475.476	19.948	46.530	27.068	16.084	83.572	467.884	1.136.562
Incorporação SBCE	1.190	123	4.228	4.678	-	-	-	10.219
Oscilação cambial	(228)	(34)	(47)	(410)	(97)	147	(302)	(971)
(-) Pagamentos	(471.673)	(20.037)	(50.683)	(28.845)	(15.648)	(63.504)	(378.568)	(1.028.958)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2023 (i)	4.765	-	28	2.491	339	20.215	89.014	116.852

(i) O montante de R\$(13.518), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros líquidos de resseguro	Ano de aviso do sinistro							
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Montante estimado para o sinistro	247.717	13.751	20.507	24.438	15.737	35.363	57.050	-
No ano do aviso	216.706	11.628	17.933	19.884	13.237	31.586	-	-
Um ano após o aviso	211.476	11.140	17.430	18.741	13.168	-	-	-
Dois anos após o aviso	210.504	11.136	17.621	18.611	-	-	-	-
Três anos após o aviso	210.417	10.924	17.426	-	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	209.430	10.924	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	209.088	-	-	-	-	-	-	-
Estimativas dos sinistros	209.088	10.924	17.426	18.611	13.168	31.586	57.050	357.853
Incorporação SBCE	967	123	2.863	3.527	-	-	-	7.480
Oscilação cambial	(198)	(34)	(67)	(341)	(97)	30	(117)	(824)
(-) Pagamentos	(208.854)	(11.013)	(20.195)	(20.755)	(12.732)	(28.918)	(22.311)	(324.778)
Sinistros pendentes em 31 de dezembro de 2023 (i)	1.003	-	27	1.042	339	2.698	34.622	39.731

(i) O montante de R\$(5.536), referente às operações de retrocessão, estimativa de ressarcimento e de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados não estão demonstrados nesse quadro.

Sinistros pagos brutos de resseguro	Ano de aviso do sinistro							
	Até 2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Montante indenizado dos sinistros	188.547	13.566	14.351	14.491	4.799	20.927	378.568	635.250
No ano do aviso	195.360	10.856	19.694	19.920	12.306	28.918	-	287.054
Um ano após o aviso	204.788	10.925	20.156	20.742	12.732	-	-	269.343
Dois anos após o aviso	206.588	10.925	20.195	20.755	-	-	-	258.463
Três anos após o aviso	206.802	11.013	20.195	-	-	-	-	238.010
Quatro anos após o aviso	207.781	11.013	-	-	-	-	-	218.794
Seis anos após o aviso	207.824	-	-	-	-	-	-	207.824
Sete anos ou mais após o aviso	208.854	-	-	-	-	-	-	208.854
Total dos sinistros pagos	471.673	20.037	50.683	28.845	15.648	63.504	378.568	1.028.958



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado	11.281	84.280
Participação nos lucros - PLR	(599)	(505)
Lucro antes das adições e exclusões	10.682	83.775
Ajustes:		
Adições (exclusões) temporárias	806	711
Provisão devedores duvidosos	191	(745)
Provisão para gratificação e PLR	1.229	542
Contingências e outros	(614)	914
Adições (exclusões) permanentes	1.001	593
Gratificações estatutárias	861	494
Multas e brinde	140	99
Lucro tributável	12.489	85.079
Imposto de renda	(3.098)	(21.246)
Incentivo fiscal - PAT	74	183
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	202	179
Total IRPJ	(2.822)	(20.884)
Contribuição social	(1.744)	(13.048)
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	121	106
Total CSSL	(1.623)	(12.942)
Alíquota efetiva	42%	40%

20. PARTES RELACIONADAS - VALORES LÍQUIDOS A RECEBER

Descrição	31/12/2023				31/12/2022			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo (Passivo)	Receita	(Despesa)	
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda. (c)	155	(991)	—	(3.343)	620	(4.519)		
Cogeri (a)	—	(1.462)	1.384	—	(296)	(1.221)		
Coface Debt Collection (b)	—	—	—	—	(344)	(241)		
Coface América Latina (d)	43	(1.439)	—	(7.418)	(342)	(4.073)		
Coface SA (e)	2.334	(46.235)	—	(26.330)	(42.946)	(13.447)		
Coface Re (f)	—	—	—	—	214	3.974		
Coface Ibérica	—	—	—	—	—	143		
Total	2.532	(50.127)	1.384	(37.091)	(43.094)	(19.384)		

(a) A Seguradora mantém com a Cogeri S.A., empresa do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de análise e opinião de risco e monitoramento dos clientes dos seus segurados sediados no exterior que são atualizados por variação cambial, quando aplicável. (b) A Seguradora mantém com empresas do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de cobrança

dos seus segurados junto a devedores no exterior, informados em provisão de despesas com sinistros. (c) A despesa total com remuneração aos Administradores, em 2023, atingiu o montante de R\$ 3.178 (R\$2.726 em 31 de dezembro de 2022) que compreende, substancialmente, a benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. (d) Coface América Latina é responsável pelo suporte nas análises de riscos da Seguradora que estão alocados na região latina, além de suporte para atividades de "Compliance", estratégias comerciais e acompanhamento financeiro. Estes serviços têm como objetivo melhorar a governança e transparência da Seguradora. (e) Coface França desenvolve e dá suporte a aplicativos específicos ligados à área operacional e de negócio da Coface Brasil e, complementarmente, presta serviço direcionados a administração da Seguradora. (f) A Seguradora mantém contrato de Resseguro na modalidade de excesso de danos com a COFACE Re.

21. OUTROS ASSUNTOS

a) Lojas Americanas - Em 31 de dezembro de 2023, foi proposto pelas Lojas americanas um plano de pagamentos junto aos seus credores, o montante que estimado que a Coface registrou foi de R\$232.471, registrado em "Títulos e créditos a receber" e que gerou um passivo devido as resseguradoras no montante de R\$231.921 demonstrado em "Outros débitos operacionais".

b) Reforma Tributária e Impactos - A reforma tributária foi aprovada em 20 dezembro de 2023 e visa simplificar o sistema tributário brasileiro unificando diversos impostos é esperado aumento de competitividade das empresas, simplificação da escritura fiscal, entre outros. A empresa não observa impacto no curto prazo entretanto a administração determinou um grupo de estudo em conjunto com uma assessoria fiscal contratada a fim de realizar um estudo detalhado da nova legislação, preparação para atualização de seu sistema de gestão e escrituração fiscal, capacitar seus colaboradores e monitorar os impactos da reforma em seus resultados.

c) Eventos Subsequentes - Foram pagos em 16 de fevereiro de 2024, os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$11.863 mil aos seus acionistas, Cofinpar e Compagnie Francaise D Assurance - Coface França.

22. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis editou novas normas e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas, conforme apresentadas abaixo: CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de "hedge". A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O CPC emitiu um pronunciamento técnico CPC 50 equivalente ao IFRS 17 descrito a seguir: IFRS 17 - Contrato de Seguro: Este pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contrato de Seguros, que define novos critérios de mensuração dos contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 (para as entidades supervisionada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou para empresas que reportam em IFRS, conforme IASB), essa norma foi objeto de normatização por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 50 aguardando manifestação da SUSEP. A Seguradora ainda não concluiu suas análises sobre os impactos do referido normativo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitidas e a serem emitidas com base nas normas novas e revisadas do IASB, é esperado um posicionamento da SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

Diretoria	Conselho de Administração	Contador e Atuário
Rosana Passos de Pádua Rose do Amaral Cordeiro Gilson Aparecido Silva Teixeira João Luiz Rigobello de Oliveira Patrícia Viviane Pires Tavares	Marcele Lemos Ferreira André Machado Caldeira Salvador Antonio Pérsico	Walter Nascimento de Borgonha Contador CRC 1SP 2177930-2 Cristina Cantanhede Biasotto Mano Atuário Responsável Técnico, MIBA 900

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Contador e Atuário
São Paulo, 23 de fevereiro de 2024
Daniela Sedel Atuário MIBA 1721 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48 CNPJ: 02.668.801/0001-55 R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 São Paulo - SP - Brasil
Anexo I

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	315.553
Total de ativos de resseguro	109.988
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	4.045

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas

31/12/2023	
Provisões Técnicas auditadas (a)	315.553
Valores redutores auditados (b)	157.520
Total a ser coberto (a-b)	158.033

3. Demonstrativo do Capital Mínimo

31/12/2023	
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	52.663
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	52.663

4. Demonstrativo da Solvência

31/12/2023	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	129.676
Ajustes Econômicos do PLA	5.106
Exigência de Capital (CMR) (b)	52.663
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	77.013
Ativos Garantidores (d)	182.728
Total a ser Coberto (e)	158.033
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	24.695

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)

31/12/2023	
0748	275
0749	266

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as

demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequação e não reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Dário Ramos da Cunha

Contador

CRC nº 1 SP 21444/O-1



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>